

TEMPORALIDADES E TEOLOGIA POLÍTICA PENTECOSTAL

Uma análise dos conceitos de *apoliticismo* das Assembleias de Deus na década de 1930 a partir do jornal *Mensageiro da Paz*

Osiel Lourenço de Carvalho¹

Resumo

O presente artigo analisou a teologia política nas Assembleias de Deus do Brasil na década de 1930 e início da de 1940. Pensamos que, houve no interior do pentecostalismo brasileiro posições e intervenções no mundo da política. Nossas análises serão realizadas a partir das temporalidades discutidas por Giorgio Agamben: *chronos* e *aiôn*. Acreditamos que as narrativas escatológicas não foram causa de certo afastamento da esfera pública brasileira, mas sim efeito de processos de exclusão aos quais homens e mulheres de pertença pentecostal estiveram circunscritos. Metodologicamente, fizemos nossa análise a partir de artigos publicados no órgão oficial de comunicação da denominação religiosa em questão, o jornal *Mensageiro da Paz*. Esse periódico circula desde 1930.

Palavras-chave:

Teologia política; pentecostalismos; Assembleias de Deus; Mensageiro da Paz.

Abstract

This article analyzes political theology in the Assemblies of God of Brazil in the 1930s and early 1940s. We think that within Brazilian Pentecostalism there were positions and interventions in the world of politics. Our analyzes will be carried out from the temporalities discussed by Giorgio Agamben: *chronos* and *aiôn*. We believe that the eschatological narratives were not the cause of a certain departure from the Brazilian public sphere, but rather the effect of processes of exclusion to which men and women of Pentecostal belonging were circumscribed. Methodologically, we made our analysis from articles published in the official communication body of the religious denomination in question, the newspaper Messenger of Peace. This newspaper circulates since 1930.

Key-words

Political theology; Pentecostalism; Assemblies of God; Messenger of Peace.

Introdução

¹ Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo com pesquisas nas áreas de história e teologia pentecostal. Email: osiel_carvalho@yahoo.com.br

A década de 1930 foi importante nas Assembleias de Deus (ADs), pois foi nesse período que os brasileiros passaram a ter maior participação na liderança da Igreja, muito embora os suecos ainda tenham permanecido como pastores das principais igrejas do país. Os missionários escandinavos foram importantes não apenas na implantação das ADs, mas também na construção da identidade da denominação. Um dos elementos mais significativos dessa identidade nesse período foi o reforço da cultura da marginalização social. Foi no ano de 1930 que se deu início à circulação do jornal *Mensageiro da Paz*. É por intermédio dele que analisaremos a teologia política pentecostal. Nossas análises seguirão duas categorias temporais de Giorgio Agamben (2006): tempo profano e tempo escatológico

Na categoria de tempo profano (*chronos*) analisaremos em que medida houve posição e participação política das Assembleias de Deus durante esse período. Acreditamos que as brasileiras e brasileiros de pertença pentecostal não foram apolíticos, mesmo que a maioria delas e deles não tenham se envolvido com política partidária. Quanto discutirmos o tempo escatológico também veremos a relação dele com a posição e participação política do assembleianismo brasileiro. Seguimos tanto Agamben como Hinkelammert (2012, p. 145), para quem a “fala sobre o céu é uma fala sobre e terra”. Sendo assim, relacionamos concepção escatológica não como fuga do mundo ou da realidade, mas com resistência e contestação social.

Assembleianismo e a Experiência do Chronos

Verificamos na década de 1930 e início da de 1940 que há posicionamentos políticos nas ADs, muitos deles como crítica a certos modelos de Estado e sociedade. Além disso, identificamos determinadas matérias no jornal *Mensageiro da Paz* que orientava assembleianos nos processos de participação política no limitado sistema eleitoral brasileiro do período. Conforme já dito anteriormente, apresentaremos os referidos posicionamentos a partir do jornal *Mensageiro da Paz* e em todos eles respeitaremos a grafia original. De início, não concordamos com Francisco Cartaxo Rolim quando diz: “Desligada dos contextos sociais históricos, preocupada quase que exclusivamente com a segunda vinda de Cristo, a utopia milenarista, entendida na dimensão de projeção para o futuro, opera um corte com o aqui e o agora” (ROLIM, 1985, p. 224). Mesmo que o discurso escatológico aponte para a *vida futura*, sua dinâmica funciona a partir da *vida presente*; não está descolada do *aqui e do agora*.

Numa das primeiras edições do jornal a missionária Frida Vingren demonstrou consciência da mudança de determinados papéis atribuídos às mulheres na sociedade. No início de 1931 pastores já haviam determinado uma série de restrições às atividades pastorais que Frida já exercia há vários anos no Brasil. Ela cita a "revolução" de 1930 que conduziu Getúlio Vargas ao governo, e a usa como metáfora, como forma de extenar seu descontentamento.

Na Suécia, país pequeno com cerca de 7 milhões de habitantes, existe um grande número de irmãos evangelistas. [...] Na “parada das tropas” a qual teve lugar aqui no Rio de Janeiro, depois da revolução tomou também parte um batalhão de moças do Estado de Minas Gerais (MP, n. 3, p. 3, 1931).

Há também posicionamentos acerca da geopolítica internacional do pós-guerra. Tais posicionamentos são sempre acompanhados de uma visão pessimista da história e parece que a crítica social é um elemento fundante da temporalidade do *chronos* no assembleianismo desse período. Com uma visão negativa a respeito do *chronos* esse tempo cronológico é concebido como uma dimensão autodestrutiva, pois “o tempo é o grande poder que a tudo destrói” (MP, n. 3, p. 4, 1941). Logo, não há uma antecipação do céu, pois o horizonte histórico não é o progresso, mas sim o aniquilamento a partir de dentro do próprio *chronos*. Essa temporalidade se contrai, autodestrói; logo, há anseios nesse pentecostalismo pela interrupção da história que está ligada a um tipo de mundo com o qual esses pentecostais demonstram seu descontentamento.

No artigo abaixo, Frida Vingren demonstra conhecimento a respeito dos desdobramentos políticos do período entre guerras, quando há o fortalecimento do nacionalismo autoritário o qual será um componente básico do nazismo, fascismo e stalinismo; além das revoluções e conflitos em várias partes do mundo. “Depois da guerra mundial as nações estão inflamadas pelo espírito do nacionalismo o que tem resultando várias lutas e conflitos. Na Índia há constantes lutas por causa do domínio inglês. Igualmente na China há contínuas guerras e revoluções” (MP, n. 1, p.2, 1930).

Para Franz Hinkelammert pensar o céu como um lugar de consolo não é uma barreira para a libertação, pelo contrário pode até impulsioná-la (HINKELAMMERT, 2012, p. 185). Todavia, a redenção é sempre transcendente. Nesse contexto, a política não é vista como um instrumento de uma possível redenção; de igual modo esse pentecostalismo parece não conceber os governos como Estado Providência, tendo em vista que a referida instituição seria incapaz de promover justiça, paz e igualdade em sua plenitude, pois, “todos os anos a Liga das Nações se reúne para tratar acerca do

desarmamento, mas, quando acaba o trabalho cada nação manda construir navios de guerra, sub-marinos, hydro-aviões, e outras coisas” (MP, n. 18, p. 8, 1931). O pastor José Teixeira Rego escreveu que:

Pacto e alianças são firmadas entre as potências humanas, a actividade de líderes políticos, sociologos e quejandos, se dedobra, e entretanto, cada dia os acontecimentos, nas notícias que nos fornecem os periódicos, mostram-nos a gravidade da situação universal (MP, n. 20, p. 5, 1931) [...] Depois de recordá-lhe estas coisas elle continua advertindo-o contra os homens maus e enganadores. Diariamente vemos estes, em todos os ramos de actividade, na religião, na política, no comércio (MP, n. 18, p. 8, 1931).

Com a crise de 1929, há mudanças no capitalismo mundial, o que contribuiu para a ascensão de novos impérios econômicos, em especial os Estados Unidos. Houve também aumento da pobreza e desigualdade, paralelamente ao surgimento de novas elites. Tal situação também foi abordada em matérias publicadas no jornal *Mensageiro da Paz*, onde pode se ver crítica aos impérios capitalistas. De acordo com o pastor Antônio Torres Galvão:

A crise tremenda tem feito milhares de companhias e particulares fechar as suas casas comerciais e fábricas, têm feito milhões e milhões de pessoa ficarem sem trabalho e sem pão, sofrendo as maiores privações, enquanto o ouro do mundo está armazenado nas mãos de algumas nações capitalistas (MP, n. 1, p. 1, 1932). [...] a humanidade, hoje mais do que nunca, se deixa absorver pelo mais pesado materialismo. Em tudo e em todos, reinam a ambição, o egoísmo, e a mais completa ausência de equidade (MP, n. 15, p. 4, 1937).

Durante o governo Getúlio Vargas houve duas grandes secas: uma em 1932 e outra em 1942. Pela primeira vez na história brasileira o governo centralizou e coordenou uma intervenção no semiárido cearense no combate à seca (NEVES, F., 2001). A seca, então, passou a ser vista como um fenômeno social, de modo que foram estabelecidas novas relações entre retirantes, governo e habitantes das cidades. Na seca de 1877 milhares de sertanejos famintos migraram para Fortaleza, os quais ficaram entregues à fome e à própria morte pelas ruas da cidade. A seca nordestina de 1932 foi também citada em matéria no jornal *Mensageiro da Paz*, pois o pastor Eurico Bergsten afirmou que:

É gravíssima a situação do mundo. A crise mundial, que já começou a repercutir profundamente, entre nós vieram juntar-se dois flagellos: a seca do nordeste e a guerra civil no sul (felizmente agora finda) affetando o Brasil inteiro. Quando lemos os jornaes diários, encontramos uma tendência assustadora, sempre crescente de desrespeito a vida (MP, n. 10, p. 1, 1932).

As ambíguas relações entre Estado e religião também são abordadas no assembleianismo nesse período. O articulista do jornal usa como exemplo a Alemanha, que segundo ele usava o discurso religioso como narrativa legitimadora da guerra e das políticas segregacionistas e racistas do nazismo. Além disso, chama-nos a atenção nesse artigo escrito pelo pastor João Pedro a visão clara dos perigos em fazer uso político da religião

Os homens terminam em misturar e confundir o christianismo, com o nacionalismo e o patriotismo, como se houvesse alguma razão, ou alguma lei de Deus, que justificasse essa pretensão. O christianismo não conhece fronteiras, não conhece raças, não conhece divisas. O que nos levou a escrever estas linhas foi uma notícia referente a factos que estão se passando na Allemanha que dizia: “Servir a guerra não é, em caso algum, um attentado contra a consciência christã, é, ao contrário, obedecer a Deus” (MP, n. 4, p. 3, 4, 1933).

A partir dessa constatação o jornal faz crítica à instrumentalização da religião pelo Estado, com o objetivo de promover políticas de intolerância e, segundo o articulista, tal postura é um crime que deve ser denunciado. Tal posicionamento político manifestado no artigo do jornal *Mensageiro da Paz* tem dimensões de críticas. O pastor Nils Kastberg escreveu que “Que cada qual faça política, manifeste seus sentimentos e convicções que adotou. Abusar, porém, do nome de Deus e do Christianismo, para fins intolerantes, envolvendo-os em movimentos movórticos, é crime que merece e deve ser denunciado” (MP, n. 4, p. 4, 1933).

Pode se verificar também, através de artigos no *Mensageiro da Paz*, críticas a políticos e posturas de desconfiança em relação a eles. Acreditamos que matérias como essa corroboram nossa tese contrária à ideia do apoliticismo, de modo que desde esse período houve posição política nas Assembleias de Deus. Para o pastor Samuel Nystron:

Há poucos dias, lendo os jornaes, algo a respeito de dois estadistas e dos encontros que estes tiveram com alguns ambaixadores de outros paízes dos mais importantes da Europa. Foram esses homens, Mac Donald da Inglaterra e Mussolini, da Itália. [...] essas conferências foram seguidas de banquetes e discursos, que mostraram a boa vontade dos políticos e estadistas em trabalhar pela paz; tudo isso porém é fictício, pois suas atitudes não deixaram de transparecer o egoísmo de cada um, em conseguir os melhores resultados para si (MP, n. 7, p. 5, 1933).

Além de críticas também há espaço no jornal para zombar de estadistas e dizer que mesmo sendo cultos vacilam na condução dos governos. Pode-se tratar com ironia certos políticos, pois esse pentecostalismo desconfiava de determinadas pretensões

governamentais. Tal postura também configura posição política, pois a uma vez o pastor Antônio Torres Galvão escreveu que:

Os acontecimentos que se desenrolam no orbe terrestre são, pelo dramático e imprevisto de que se revestem, de molde a zombar dos estadistas mais cultos e aluminados, os quais muitas vezes, ficam a vacilar, como se o leme da nau administrativa não estivesse em mãos de marinheiros conhecedores da costa (MP, n. 4, p. 1, 1937).

Pode-se encontrar no *Mensageiro da Paz* críticas a indivíduos que faziam da política uma profissão e não um instrumento de promoção de justiça social. Era preciso desconfiar daqueles que assim agiam. Desse modo, o pastor Francisco Gomes escreveu que “O mundo político espera grandes surpresas de homens, que fizeram da política uma profissão” (MP, n. 22, p. 1, 1938).

Em setembro de 1937, ou seja, dois meses antes de Vargas implantar o Estado Novo, há uma nota no *Mensageiro da Paz* com uma chamada ao alistamento eleitoral, que estaria relacionado com o dever cívico. A editoria do jornal disse que “Como todos os irmãos devem saber, é dever de todo o brasileiro alistar-se eleitor. Isto é por lei. Avisamos, pois, aos que ainda não cumpriram com esse dever cívico, que no próximo mês de outubro, será encerrado o alistamento eleitoral” (MP, n. 17, p. 4, 1937).

Entretanto, há também postura de crítica às políticas do governo e uma das mais claras é com respeito à educação brasileira. O artigo a seguir é um dos sintomas que atestam que o discurso antieducação formal não era homogêneo nas Assembleias de Deus. De acordo com o pastor Antônio Torres Galvão “No terreno cultural somos um povo que conta setenta e cinco por cento de analfabetos. Temos, é verdade, uma elite de cultura bem formada, mas, em matéria de instrução popular, somos o que há de mais precário” (MP, n. 11, p. 2, 1937).

Assembleianismo e a Experiência do Aiôn

Na guerra dos camponeses alemães do século XVI aconteceu uma antecipação do céu, a qual foi promotora de luta por mudança da realidade social. Hinkelarmert ao analisar a revolta afirma que “pode-se dizer também: já não se antecipa o núcleo terrestre do celeste, mas o núcleo celeste do terrestre. E nesse núcleo do terrestre é, na imaginação dos camponeses, o paraíso, e, para isso, tem de ser mudada a terra” (HINKELARMMET, 2012, p. 180). O autor também vê nos movimentos de base e da teologia da libertação dos anos 1960 esses mesmos anseios. Entretanto, para Hinkelarmert os resultados da práxis oriunda dessa antecipação do céu se “esbarraram” nos próprios limites sociais. Vejamos esse aspecto, que consideramos ser paralelo à nossa tese.

Claudio de Oliveira Ribeiro fez alguns apontamentos críticos a respeito da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Igreja Católica Romana, de modo que, para ele há problemas em compatibilizar o Reino de Deus com uma concepção histórica linear, sendo que, “quando, ao contrário, os grupos religiosos estabelecem suas metas para além da história, podem trazer para o interior dela conteúdos de maior radicalidade” (RIBEIRO, 2010, p. 55). Ribeiro prossegue e trata das limitações de um messianismo que superdimensiona a historicidade do Reino.

[...] Vitor Codina questiona se a Teologia da Libertação não teria assimilado, a crítica e inconscientemente, a visão moderna e linear de tempo que, diferentemente da noção bíblica do *Kairos*, gera um messianismo político e militante, com o risco de cair num voluntarismo moralista, no pragmatismo e funcionalismo que acaba por romper e esvaziar de conteúdo a mensagem evangélica (RIBEIRO, 2010, p. 57).

Sendo assim, a antecipação do céu no projeto da Teologia da Libertação tem seus limites, os quais podem ser revistos a partir de dentro da própria escatologia. Para isso, seria importante o Reino possuir “acento messiânico ou até mesmo milenarista”, de modo que “é preciso conjugar a reserva escatológica com a instância escatológica” (RIBEIRO, 2010, p. 57).

Acredita-se que sempre houve dimensões de invisibilidade de pessoas no interior do pentecostalismo: seus rostos, suas realizações desaparecem na camada espessa do esquecimento. São inúmeras as narrativas não narradas, o que gera a *despessoalização* onde os sujeitos não aparecem. Brasileiras e brasileiros de pertença pentecostal estiveram circunscritos nesses processos de subalternidade e invisibilidade social. Nesse sentido, pensamos que as análises sobre pentecostalismo na vida pública brasileira quase sempre associam certo afastamento apenas a partir do apocalipcismo pentecostal.

São poucas as análises que pesquisam as relações entre pentecostalismo e vida pública que levam em consideração as contingências sociais como exclusão social e mesmo os períodos dos estados de exceção no Brasil. Quase sempre o pouco envolvimento no espaço público é creditado à vontade própria das brasileiras e brasileiros pentecostais em decorrência de suas crenças escatológicas. Todavia, antes de serem pentecostais foram, em sua maioria, cidadãos brasileiros às margens e sem qualquer tipo de protagonismo social e político. Por isso, além do apocalipcismo, pensamos ser importante pensar também nas contingências sociais.

Tendo em vista que eram sujeitos subalternos, não dependia apenas dessas brasileiras e desses brasileiros pentecostais exercer algum tipo de protagonismo na

política brasileira. Na sua maioria estavam circunscritos em relações de invisibilidade e de silenciamento social. Portanto, acreditamos que o discurso escatológico não é a *causa* ou o elemento originário de certo afastamento da vida pública brasileira. A escatologia pentecostal brasileira é *efeito* de processos de exclusão; é empoderamento discursivo de subalternos. A escatologia por si só não consegue explicar o distanciamento da política partidária no assembleianismo, pois mesmo com o discurso escatológico, observamos que há, desde a década de 1930, posições políticas nas ADs. Por isso, é preciso levar em consideração as contingências sociais.

A escatologia enquanto discurso nem sempre é uma fala conjugada com apatia ou alienação, mas sim com resistência e até mesmo violência. Pensamos discurso escatológico aqui não como uma estrutura imobilizadora de práticas e ações político-sociais, mas como canalizadora de resistência. Sendo assim, não pensamos que as brasileiras e os brasileiros de pertença pentecostal se afastavam da vida pública em razão de sua concepção escatológica, mas sim que tal concepção foi potencializada por processos de exclusão social. Para Jung Mo Sung

O milenarismo com todos os defeitos que possa ter, é um movimento que não perde sua criticidade em relação aos sistemas vigentes. Isto por causa da transcendência de Deus em relação a este mundo. É sempre um movimento que julga o mundo a partir de um critério externo a lógica do sistema (SUNG, 2001, p. 61).

Sendo assim, até que ponto podemos dizer que esses brasileiros pentecostais eram apolíticos, tendo em vista que a dimensão escatológica não esvazia as categorias de um sujeito político? É no interior dessas crenças que as brasileiras e os brasileiros de pertença pentecostal canalizaram suas vozes de criticidade em relação a um tipo de mundo e política de que discordavam; e nessas estruturas escatológicas discursivas podemos perceber elementos de radicalidade, resistência e contestação, de modo que pensamos ser incorreto chamá-los de apolíticos.

Mesmo que não haja uma antecipação do céu, a escatologia não significa paralisia dos eventos históricos (AGAMBEN, 2015), no sentido de que a crença no fim dos tempos levaria à inércia. Sendo assim, o sentido das coisas últimas orientaria e guiaria as coisas penúltimas. Agamben vai além e diz que “quando o elemento escatológico se eclipsa na sombra, a economia mundana se torna propriamente infinita, isto é, interminável e sem escopo” (AGAMBEN, 2015, p. 24). Quanto às relações entre escatologia e pentecostalismo concordamos com Bernardo Campos quando afirma:

Sob a forma de um protesto social e de uma utopia de libertação, o movimento pentecostal nos relembra movimentos históricos como o de Taki Onqoy na sociedade andina do século XVI (Huamanga, 1560-1570), no Peru. O ponto de comparação entre eles deve ser visto em seu apocalpcismo e não tanto em seu comportamento religioso (CAMPOS, B., 1996, p. 54).

O discurso escatológico a respeito do céu é concebido a partir de realidades da vida concreta; logo, céu e terra estão interligados “assim no céu como na terra” (HINKELAMMERT, 2012, p. 169). Para o assembleiano Walfrido dos Anjos

Dia terrível quando o Senhor da glória descer dos altos céus à Terra a fim de julgá-la. Este dia, cada vez mais se aproxima, pois, as Escripturas Sagradas assim o dizem e, não só ellas, mas também, o incremento que tem tido toda a sociedade das nações mais cultas. Entretanto, para que, os múltiplos desenvolvimentos quer nas letras, quer nas artes e sciencias? Para que, tantos mestres, philosophos e moralistas, se estes não anunciam à humanidade desativada de todos os preconceitos? Povos e nações, porém entregam-se aos prazeres, esquecendo-se de que o homem do pó veio e só pó tornará (MP, n. 4, p. 6, 1931).

No artigo abaixo se vê como os discursos entre a justiça da terra e a justiça do céu estão entrelaçados. De forma inversa ao que acontece no céu o autor faz crítica à maneira como a justiça privilegia alguns em detrimento de outros nos tribunais humanos; e mais uma vez se condena a instrumentalização da religião para fins de abuso e violência:

No tribunal de Cristo, não haverá julgamentos simulados, não haverá defesa sofisticada e hipócrita que absolve o culpado e condena o inocente. Nenhum argumento terá valor para justificar a violência. O tribunal revelará quantos crimes se cometeram em nome da civilização; quantos males os homens praticaram em nome da religião, impondo, pela força, as suas ideias e domínio, abusando da posição e autoridade ocasionais (MP, n. 7, p. 6, 1941).

Desse modo, acreditamos que a escatologia, enquanto empoderamento discursivo esteve relacionada com resistência e contestação e não com alienação ou descompromisso social. Por isso, averiguamos que desde a década de 1930 há posições políticas no assembleianismo brasileiro, como as caracterizadas por críticas a estadistas e a modelos de estados, bem como anseios por um mundo justo e igualitário.

Conclusão

Nossa análise priorizou os artigos do jornal MP a partir das categorias utilizadas pelo filósofo Agamben: tempo profano (*chronos*) e tempo escatológico (*aiôn*). O tempo

profano trata das relações com o tempo histórico e o tempo escatológico diz respeito ao fim dos tempos. Com o recurso dessas categorias, averiguamos que o assembleianismo do primeiro período foi apartidário, mas não apolítico. Portanto, podemos chamá-los de sujeitos políticos. Houve, nesse assembleianismo, características de resistência e radicalidade político-social.

A partir da concepção de tempo profano vimos posições políticas no assembleianismo brasileiro, ao passo que muitas delas são de crítica a modelos de Estado e de estadistas: “Os homens em nossos dias, principalmente os políticos, passam pela vida com os punhos fechados, amaldiçoando a tudo e a todos, tendo as mãos abertas somente para o seu egoísmo” (MP, n. 5, p. 4, 1940). Para esse assembleianismo o *chronos* é um tempo que caminha para um fim, logo é descartada a ideia do tempo histórico como progresso. Verificamos através do jornal *Mensageiro da Paz* que mesmo com essa visão do *chronos*, mulheres e homens de pertença pentecostal não foram indiferentes, mas sim críticos ao tempo e ao mundo no qual viviam.

A partir da concepção de tempo escatológico vimos que o discurso escatológico a respeito do céu é concebido a partir de realidades da vida concreta; logo, céu e terra estão interligados, discurso sobre o céu é discurso sobre terra. Através de artigos do jornal *Mensageiro da Paz* discutimos as relações entre escatologia e política e acreditamos que o discurso escatológico não é a *causa* ou o elemento originário de certo afastamento da vida pública brasileira, mas *efeito* de processos de exclusão; foi empoderamento discursivo de subalternos. Foi através de determinadas crenças que as brasileiras e os brasileiros de pertença pentecostal canalizaram suas vozes de criticidade e rejeição a sistemas opressores e excludentes.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *El tiempo que resta*. Madri: Editorial Trotta, 2006.

_____. *Cristianismo como religião: a vocação messiânica*. São Leopoldo: IHU Unisinos, 2010.

_____. *O mistério do mal*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

CAMPOS, Bernardo L. Pentecostacostalismo, teologia e ética social. In: CAMPOS, Leonildo Silveira; GUTIÉRREZ, Benjamin F. (Org.). *Na força do Espírito: os pentecostais na América Latina: um desafio às igrejas históricas*. São Paulo: IEPG, 1996. p. 49-62.

HINKELAMMERT, Franz. *A maldição que pesa sobre a lei: as raízes do pensamento crítico em Paulo de Tarso*. São Paulo: Paulus, 2012.

MP - MENSAGEIRO DA PAZ. Rio de Janeiro, de 1930-

NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 107-131, 2001.

RIBEIRO, Claudio de Oliveira. *A Teologia da Libertação morreu? Reino de Deus e espiritualidade hoje*. São Paulo: Fonte Editorial, 2010.

ROLIM, Francisco Cartaxo. *Pentecostais: uma interpretação sócio-religiosa*. Petrópolis: Vozes, 1985.

SIEPIERSKI, Paulo. Contribuições para uma tipologia do pentecostalismo brasileiro. In: GUERREIRO, Silas (Org.). *O Estudo das Religiões: Desafios contemporâneos*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 71-88.

SUNG, Jung Mo. Sacrifício e certezas num mundo de incertezas: neoliberalismo e milenarismo. In: BRITO, Enio José da Costa; TENÓRIO, Waldeci (Org.). *Milenarismos e messianismos, ontem e hoje*. São Paulo: Loyola, 2001. p. 37-64.